

# A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008/2009 E SEU IMPACTO NO BRASIL

Aldo Duran Gil<sup>1</sup>

Débora Fernandes Barizão<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir de um breve histórico das crises econômicas e financeiras enfrentadas pelos principais países capitalistas, feito com base em levantamento bibliográfico, analisamos a relação de dependência entre Estado e capitalismo: um não se sustenta sem o outro. Em 2008 houve uma crise econômico-financeira que atingiu grande parte do globo e, com base em dados e bibliografia, nos propomos a estudar o impacto dessa crise sobre governo de Luis Inácio Lula da Silva. Desde modo, tornou-se possível constatar que os maiores beneficiários das ações estatais para solucionar ou atenuar o impacto da crise foram as frações de classes dominantes, especialmente aquelas ligadas ao capital financeiro, o que demonstra ser esta a fração de classe de destaque no bloco hegemônico, a que articula interesses e consequentemente, é a mais privilegiada na configuração capitalista atual, inclusive no Brasil.

**Palavras-chave:** crise econômica, intervenção estatal, governo Lula, Estado, capitalismo.

**Abstract:** From a brief history of economic and financial crises faced by the major capitalist countries, made on the basis of literature, we analyze the interdependence between the state and capitalism: one can not be sustained without the other. In 2008 there was an economic and financial crisis that hit much of the globe and, based on data and literature, we propose to study the impact of this crisis on the government of Luis Inácio Lula da Silva. In this way, it became possible to see that the greatest beneficiaries of state actions to remedy or mitigate the impact of the crisis were the fractions of the ruling classes, especially those related to financial capital, which demonstrates that this is the fraction of the class outstanding on the block hegemonic, articulating the interests and therefore is the most privileged in the present capitalist setup, including Brazil.

**Key-words:** economic crisis, state intervention, Lula's government, State, capitalism.

---

<sup>1</sup> Orientador, Sociólogo e Cientista Político, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DECIS), Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 212, Uberlândia, CEP: 38408-100; emails: aduran@fafcs.ufu.br, adurang@yahoo.com

<sup>2</sup> Estudante do curso de Ciências Sociais - Departamento de Ciências Sociais (DECIS), Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 212, Uberlândia, CEP: 38408-100; email: debora\_fb\_@hotmail.com

## **Introdução**

Nos Estados Unidos, que foram o epicentro da crise econômico-financeira que eclodiu em 2008, o Estado teve papel fundamental em sua contenção. Medidas protecionistas vêm sendo tomadas desde então. O Governo estadunidense entrou em cena injetando liquidez ao sistema para salvá-lo, tanto diretamente quanto indiretamente. O Federal Reserve estadunidense respondeu reduzindo juros e disponibilizando pacotes bilionários ao mercado. O presidente do Federal Reserve (Fed), Bem Bernanke, optou por uma medida alternativa a tornar o sistema bancário temporariamente estatizado, parte dos bancos passou a ser controlado pelo governo que detinha parcela das ações ordinárias (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009).

No entanto, um breve histórico das principais crises enfrentadas pelos países capitalistas desde a consolidação desse modo de produção mostra que não se trata de uma novidade, visto que o Estado sempre foi – e continua sendo - responsável pela criação de condições econômicas, políticas e ideológicas favoráveis para o funcionamento do mercado capitalista, agindo de forma direta ou indireta. Essas ações realizadas pelo Estado não se dão de modo arbitrário, elas beneficiam setores de classes específicos que preponderam politicamente sobre outros na medida em que seus interesses econômicos são atendidos de modo preferencial.

O Brasil não se diferencia dessa lógica. Ao analisarmos a postura do governo de Luís Inácio Lula da Silva é possível notarmos o papel ativo desempenhado pelo Estado diante das consequências da inevitável retração econômica que o país enfrentou, explicitando em que política, social ou financeira, o Estado brasileiro optou por modificar seu padrão de intervenção, já que essa é uma característica intrínseca ao sistema capitalista de produção. Medidas como a redução de impostos sobre produtos industrializados e a redução da taxa SELIC, incentivam o consumo, a produção e os investimentos nacionais, desestimulando o capital especulativo, principalmente o de origem estrangeiro.

Essas medidas unidas a outras que foram tomadas ao longo das últimas décadas, como a adoção de câmbio flutuante, a redução da dívida pública externa e o acúmulo de reservas nacionais, impediram que o país figurasse entre os mais afetados pela recessão mundial. No entanto, são medidas que visam apenas à contenção imediata das consequências da crise, mantendo e reforçando a configuração do modo de produção capitalista na qual se privilegia determinadas frações de classe dominante em detrimento de outras.

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em etapas distintas, mas simultâneas. Uniram-se pesquisa bibliográfica e análise de dados sobre crises econômico-financeiras em geral e, especificamente, sobre a crise de 2008/2009. Com intuito de constatar a relação existente entre o Estado e o funcionamento do sistema capitalista, a primeira parte do trabalho trata de um histórico das principais crises que os países centrais (responsáveis pela consolidação e propagação do modo capitalista de produção) enfrentaram no decorrer da história, bem como o papel do Estado na contenção destas. Deste modo, é possível notarmos que a relação entre Estado e Capitalismo é, no que diz respeito à reprodução ampliada do capital, de mútua dependência histórica.

Feito isso, a segunda parte trata da crise econômico-financeira que eclodiu em 2008 e suas especificidades históricas. Novamente notamos a essencial ação estatal, sobretudo através da exposição de dados e valores, que foram examinados à luz das teorias utilizadas. A intervenção estatal favorável aos setores dominantes do capital ocorreu tanto no epicentro da crise, os Estados Unidos, quanto no Brasil. Através dessas exposições, torna-se possível propor algumas conclusões, especificamente sobre as medidas tomadas pelo governo Lula para conter os efeitos da crise no Brasil e como elas beneficiaram algumas frações de classe dominantes determinadas.

Dentre os autores utilizados, ressalta-se a importância dos trabalhos de Marx sobre o assunto, e dos autores marxistas do século XX. Esses autores se diferenciam de muitos economistas que consideram as crises como situações eventuais e anômalas, das quais o mercado possuía plena capacidade para liquidá-las. Para Marx, as crises são consequência negativa do funcionamento do sistema capitalista e sua tentativa de superá-las (mas sem solucioná-las), bem como sua inerente contradição; deste modo, enquanto o sistema capitalista predominar será recorrente a presença de crises. Na parte histórica, destaca-se o autor Hobsbawm, historiador marxista.

Por fim, são propostas algumas conclusões a respeito da crise, o papel desempenhado pelo Estado perante a mesma, e os impactos ocasionados ao Brasil com base na análise bibliográfica acerca do tema e dos dados coletados.

## **1. Breve histórico das crises econômicas e financeiras do decorrer da história e sua relação com o Estado**

Ao longo da idade moderna (do século XV ao XVIII) a dissolução da sociedade feudal possibilitou o surgimento da sociedade capitalista. Após a expulsão violenta do campesinato da terra, formou-se a base de todo o processo no qual as grandes massas trabalhadoras, representadas principalmente por escravos e servos de glebas, foram privadas de seus meios de subsistência. Esses indivíduos transformaram-se então em assalariados, já que sua força de trabalho passou a ser sua única posse.

Estabeleceu-se assim a polarização fundamental do capitalismo, na qual de um lado, estão os proprietários dos meios de produção, do outro, os trabalhadores “livres” assalariados, despossuídos de tais meios, que vendem a própria força de trabalho. A acumulação de riqueza por parte de uma minoria proprietária (classe capitalista), ou a extração de mais-valia, foi o ponto de partida para consolidação do sistema capitalista, que viria a tornar-se o sistema de produção predominante na atualidade.

Na fase concorrencial do capitalismo havia predominância do discurso liberal, ou seja, a economia era submetida exclusivamente às leis de mercado, como a da oferta e da procura, consolidando-se assim uma sociedade que confiava no crescimento econômico baseado na competição da livre iniciativa. Essas premissas, de acordo com Hobsbawm, traziam consigo concepções ideológicas que pregavam que, assim funcionando a esfera econômica, seria garantida além da plena distribuição material, a concretização de um mundo no qual prevaleceria a crescente oportunidade dos homens desenvolverem seus potenciais individuais.

Nesse contexto, no final do século XVIII, nascia a Ciência Econômica Clássica, firmando-se como ciência autônoma, deixando de ser um ramo da filosofia social. Seu principal representante era Adam Smith, e sua defesa da “mão-invisível” como reguladora do mercado. Seu conceito de nação se identifica com o de Estado capitalista nascente, e o de riqueza com a satisfação dos consumidores. Resultado disso é a criação teórica de nação sem Estado nem território, composta somente de mercadores e consumidores.

Mesmo os mercantilistas já estando convencidos que a dimensão econômica era inseparável do Estado, as seduções ideológicas do liberalismo delimitaram a reflexão dos economistas da época. Além de Smith, David Ricardo concebia crises como tendências naturais, já Thomas Malthus defendia a idéia de que o aumento de gastos, ou seja, o incremento do consumo seria a solução para sanar possíveis crises. Foi uma época única pelo

consenso esmagador entre economistas, políticos e administradores inteligentes de que o liberalismo econômico seria a receita para o crescimento na época (Hobsbawm, 1977).

Entretanto, mesmo nessa situação de confiança na auto-regulação do mercado, países de desenvolvimento econômico posteriores ao da Inglaterra já demonstravam práticas intervencionistas adotando a imposição de barreiras alfandegárias com intuito de proteger as próprias indústrias. Isso demonstra que mesmo as economias capitalistas já solidificadas hesitavam em basear-se somente nas teorias de livre mercado, colocando em prática ações opostas às defendidas pelo discurso predominante na época, principalmente dos autores liberais ingleses mais representativos.

No final do século XIX o comércio demonstrara sua incapacidade de regulação autônoma. A consolidação do capitalismo e o estabelecimento da livre concorrência em conjunto com a ampliação do desenvolvimento industrial nos países europeus fizeram com que a concorrência se acirrasse, porém os Estados capitalistas passam a ter uma ação mais abertamente decisiva tomando medidas para incentivar o próprio desenvolvimento, impondo barreiras alfandegárias elevadas. As tarifas protecionistas atingiram valores intransponíveis, a crescente industrialização dos grandes centros e a absorção de ampla reserva de trabalhadores fez os salários aumentarem relativamente em face aos preços, os lucros baixarem e conseqüentemente a livre concorrência se encaminhou ao fracasso.

Com a baixa de lucros, em 1873 eclodiu a crise denominada “Longa Depressão”. Seu epicentro foi a expansão das ferrovias, que era baseada em financiamentos de suposta alta lucratividade. No entanto, a exploração dessa atividade declinaria substancialmente no momento em que a maioria delas já fosse construída. Quando isso aconteceu, os lucros declinaram e os investimentos caíram. A Inglaterra foi o principal país afetado, mas as falências se alastraram por todo o mundo. As conseqüências foram dramáticas, as ações da bolsa alemã caíram em torno de 60% e quase a metade dos altos fornos nos grandes produtores de ferro cessou as atividades (Hobsbawm, 1977).

A solução encontrada foi a criação de associações, visto que grande parte das empresas menores e mais fragilizadas faliram. Iniciou-se, então, a fase monopolista do capitalismo. Sua característica essencial é o imperialismo, cujo desdobramento mais visível foi a expansão colonialista do século XIX. No lugar de competição entre empresas e indústrias, a união das mesmas se alastrava dando início à era de grandes monopólios. Era comum a organização de empresas e indústrias em grandes conglomerados econômicos, como *holdings*, *trustes* e *cartéis*. Ocorreu, então, o que Duménil e Lévy denominam *corporate revolution* (revolução das corporações). Essa revolução se caracteriza pela reorganização técnico-organizacional e

pela explosão dos mecanismos monetários e financeiros e as políticas correspondentes (Duménil e Lévy, 2003).

Na segunda metade do século XIX iniciou-se uma etapa diferente da Revolução Industrial na qual predominou o uso de maquinarias cada vez mais avançadas juntamente com a organização da produção em torno da eficiência cientificamente fundamentada, como é o caso do taylorismo. Além da produção, todos os aspectos do funcionamento das empresas sofreram mutações, como a comercialização, a gestão dos estoques, o financiamento, tesouraria, etc.

O emprego em larga escala dessas tecnologias e reestruturações de produção gerou desemprego e, conseqüentemente, baixa no consumo. Tornou-se mais rentável investir na tecnologia de produção do que investir na fábrica tradicional – isto é, crescia rentabilidade do capital e não da produção. A partir de então emergiu a finança moderna, a qual Duménil e Lévy definem como sendo “um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – indivíduos por trás das instituições – que detém importantes capitais monetários e financeiros” (Duménil e Lévy, 2003: 31). Com a capacidade produtiva inflada contrastava-se a presença de produtos em excesso, e o consumo em falta, e ainda, a ampliação de capital ocioso para investimento.

Era necessário expandir o setor consumidor e escoar capital excedente para algum lugar. Ainda no século XIX teve início o neo-colonialismo. As principais potências capitalistas disputavam o controle de terras além de seus territórios para darem seguimento a seu crescimento econômico. Além de atenderem as necessidades de expansão do consumo e serem novos mercados para aplicação de capital e expansão do mesmo, as colônias eram ainda fornecedoras de matéria prima. O mundo foi então dividido entre os principais grupos internacionais: França, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Rússia, Itália e Japão. A princípio eficiente essa divisão foi motivo para conflitos que findaram na Primeira Guerra Mundial. Mas além de ser um mero reflexo da concorrência entre países capitalistas por novas fontes de escoamento de capital, Rosa Luxemburgo expõe que há outro papel importante exercido pelo militarismo. Dada a estagnação, a indústria bélica torna-se uma demanda imprescindível para a reprodução ampliada do capital (Luxemburgo, 2003).

Em seu início, a Primeira Guerra foi uma batalha essencialmente européia, na qual entraram em conflito primeiramente a tríplice aliança formada por França, Grã-Bretanha e Rússia, e as opositoras chamadas Potências Centrais, a Alemanha, o império austro-húngaro e posteriormente a Itália. O Japão, mesmo ingressando imediatamente, manteve seus interesses somente dentro de sua região. Já os Estados Unidos entrariam no conflito em 1917

(Hobsbawm, 1997). Em 1919 é assinado o Tratado de Versalhes, que finda oficialmente a guerra. Os países vencedores impuseram à Alemanha elevadas indenizações, além de a privarem de suas colônias.

Contando com a participação das maiores potências industriais mundiais, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) exigiu revisões do Estado quanto a seu controle sobre a economia. As necessidades de guerra causaram maiores intervenções econômicas por parte dos governos, houve fixação de preços e controle intenso sobre o que seriam e como seriam as produções, salários foram congelados e greves proibidas. O alto custo das produções bélicas impôs a prática de racionamentos e recorrentes empréstimos externos e internos. Tornou-se amplo o desequilíbrio entre produção e consumo e a inflação era corriqueira. A profunda crise instalada com tal guerra abalou definitivamente a era de triunfo do discurso liberal, que havia sido relativamente estável. Cada Estado passou o fazer o possível para proteger suas economias de ameaças externas já que era nítida a estagnação mundial.

Com a forte retração, econômica e da produção, a Europa viu-se obrigada a importar desde alimentos até produtos industrializados. A partir de então os Estados Unidos passaram a ser o grande fornecedor. Incrementando sua produção e fortalecendo sua economia, o país transformou-se em uma potência econômica mundial, além de desempenhar a função de supervisor da expansão do capitalismo até as extensões globais atuais e instituir o gerenciamento das conseqüentes contradições econômicas (Panitch & Gindin, 2009). Entrou em uso a expressão “*american way of life*”, um modo comportamental estadunidense altamente incentivador do consumismo.

Tudo parecia próspero e em perfeito funcionamento. Até que os países europeus, em fase de recuperação pós-guerra, começaram a importar cada vez menos, o que resultou no problema da superprodução para os americanos. Eram muitos produtos e poucos compradores e então, baixaram os lucros, os empregos, e houve grandes quedas nos valores de ações da bolsa. Como consequência da revolução das corporações, o aumento da rentabilidade do capital fez com que a bolsa assumisse um papel decisivo no funcionamento da economia mundial, edificando-se assim um intrincado conjunto de instituições financeiras que assumiram a hegemonia econômica (Duménil e Lévy, 2003). Qualquer abalo que sofressem produziria reflexos na produção real, e foi o que ocorreu com a crise de 1929.

Inúmeras instituições bancárias, americanas e europeias, faliram gerando uma das mais profundas recessões econômicas mundiais da história, de impactos negativos para os trabalhadores. Em um dos piores momentos da depressão, em 1933, o desemprego chegou a atingir entre 22% e 23% da força de trabalho da Grã-Bretanha e da Bélgica, 24% da Suíça,

27% nos Estados Unidos, 29% da Áustria, 31% da Noruega, 32% da Dinamarca e 44% da Alemanha (Hobsbawm, 1997). A princípio o Estado adotou práticas ordinárias para conter a crise, entretanto era necessário muito mais do que isso. Em todos os países fortemente atingidos foram tomadas medidas de intervenção estatal.

No centro da crise, os Estados Unidos, os republicanos, até então detentores do poder governamental, perderam prestígio junto à população pela incapacidade de resolução da crise. Nas eleições de 1933 foi eleito Franklin Delano Roosevelt responsável por severas intervenções governamentais na economia da época. Na época, devido à incapacidade das teorias clássicas de darem explicação ou solução para a crise enfrentada, iniciou-se um novo período caracterizado pelo “compromisso keynesiano”. Na teoria de John Maynard Keynes, o Estado possui papel ativo na contenção das crises e recessões cíclicas enfrentadas pela economia.

Deste modo, o Estado norte-americano passou a controlar bancos, tornou-se o principal gerador de empregos ao realizar gigantescas obras de infra-estrutura, concedeu créditos a produtores rurais e seguros a desempregados aumentando lucros de empresários e o poder aquisitivo da população. Somente com essa política intervencionista retornou o ritmo de crescimento econômico. Nos outros principais países capitalistas as práticas protecionistas dos Estados obtiveram também importante papel na recuperação econômica fazendo pesados investimentos sociais. Essa organização que coloca como responsabilidade estatal promover boa situação social e organização da economia foi denominada na Europa “*Welfare-State*” (Estado do bem-estar social).

A intensidade dessas intervenções estatais gerou movimentos nacionalistas fervorosos, entre eles o nazismo alemão e o fascismo italiano. Os crescentes ideais nacionalistas guiados pela busca de expansão das próprias economias aumentaram incompatibilidades entre vários países assim como a disputa pelo controle de colônias, que seriam mercados consumidores, fornecedores de matérias-primas e lugares para escoamento de capital excedente. Essas incompatibilidades eram ainda reflexos das consequências da Primeira Guerra e as restrições que o tratado que a finalizou impôs aos perdedores. Imersos em altas tarifas alfandegárias e medidas protecionistas, aumentavam as tensões entre os principais Estados capitalistas resultando, em 1939, na Segunda Guerra Mundial. De um lado Alemanha, Itália e Japão, de outro, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Com a rendição da Alemanha e do Japão, em 1945, se finda a guerra. O número de mortos gira em torno de 10% a 20% da população total da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% na Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. Na Grã-Bretanha e



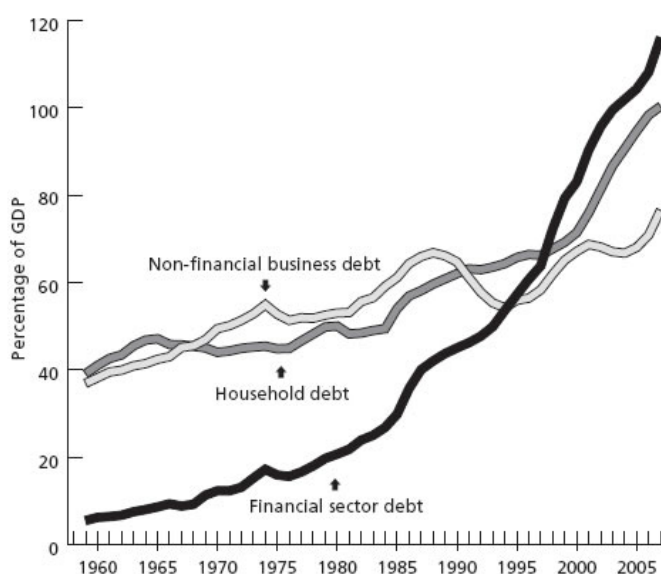
França cerca de 1% da população (Hobsbawm, 1997). Arrasados por uma nova guerra mundial, os Estados envolvidos adquiriram novamente a tarefa de reerguer suas respectivas economias. A partir de 1945 novamente a intervenção estatal assumiu papel fundamental. O mundo ocidental foi impulsionado no pós-guerra por políticas de bem-estar social e pesados investimentos estatais no sistema financeiro.

Internamente, os Estados Unidos, que pouco havia sofrido com a guerra, adotara políticas subsidiárias e aplicação de verbas na criação de empregos e melhoras nas condições de vida desfrutadas pelos habitantes do país na época. Com intuito de evitar o fortalecimento do bloco socialista, consolidado no pós-guerra, a política externa dos EUA faz maciços investimentos para recuperação de países europeus prejudicados pela guerra, o que, conseqüentemente, resultaria no fortalecimento do capitalismo. Na América Latina foram incentivados regimes políticos conservadores (democracia liberal, populismo, etc.) com restrições tanto da democracia como da cidadania civil, política e social, bem como o estabelecimento de ditaduras civis-militares com intuito de evitar que movimentos esquerdistas ou populares contrários ao regime vigente se consolidem e fortifiquem.

Contudo, a política externa estadunidense se intensificou de maneira que conflitos começaram a se tornar intensos. A própria população estadunidense contestava a intervenção em outros países e a hegemonia do Estado se enfraquecera. A inflação interna e o fracasso das interferências exteriores agravaram a crise vivida pelo país. Benefícios sociais e impostos federais foram restringidos tendo em vista o aumento da disponibilidade de capitais no mercado. O PIB mundial sofreu drásticas quedas, a dívida externa aumentou, bancos faliram e arrastaram instituições do mundo inteiro consigo, assim como a queda na bolsa de valores influenciou na queda de bolsas ao redor do mundo.

Desde 1960 a dívida privada em relação à renda nacional dos Estados Unidos vem aumentando, especialmente do setor financeiro como percentagem do PIB do país, que acelerou a partir de 1980, e disparou após meados dos anos 1990. Vale ressaltar que essa disparada não se restringiu somente aos Estados Unidos, ocorrendo na maior parte dos países capitalistas. O aumento da dívida acumulada proporciona incentivo econômico, particularmente no setor financeiro, alimentando altas taxas de lucratividade e marcando a crescente financeirização do capitalismo, pois nota-se o deslocamento do lucro do setor produtivo para o setor especulativo. Esse fenômeno pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico I: dívida privada como porcentagem do PIB dos Estados Unidos



Disponível em: <http://monthlyreview.org/081201foster-magdoff.php>

Acesso em: 10 de maio 2010.

Na tentativa de sanar os efeitos da crise, os investimentos bélicos, dirigidos à Guerra Fria, na qual os Estados Unidos e a URSS disputavam a hegemonia mundial, foram drasticamente reduzidos e os impostos foram incrementados. A intervenção estatal já não era mais totalmente eficaz:

“Os lucros estavam crescendo mais rapidamente do que a indústria já nos anos 1950. No início da década de 1960, a securitização dos bancos comerciais (pela venda de certificados de poupança, em lugar do recurso a depósitos) e a enorme expansão da atividade bancária de investimento (incluindo a criação do primeiro modelo de computador viável para a análise de risco financeiro pelo Morgan Stanley), já estavam em curso. Com o desenvolvimento do desregulado euromercado de dólares e a expansão internacional das multinacionais dos Estados Unidos, o campo de jogo das finanças norte-americanas tornou-se muito extenso para que as regulações do New Deal pudessem contê-las.” (PANITCH e GINDIN, 2000:57)

Somando-se a esses sintomas preocupantes, nos anos 1970, como represália ao fato dos Estados Unidos e a Europa Ocidental terem dado consentimento à ocupação israelense de territórios árabes, os países donos de dois terços das reservas de petróleo do planeta, que compõem a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), embargaram o fornecimento do produto para os EUA e as potências européias. Foram estabelecidas cotas de produção e os preços ficam quatro vezes maiores. A crise do petróleo acaba ocasionando

severa recessão nos Estados Unidos e na Europa, unido à crise do modelo keynesiano. A economia mundial ficou abalada.

Houve agravamento do desemprego no cenário mercado pelos altos impostos, elevados preços tanto dos gêneros alimentícios quanto dos derivados do petróleo. Com o fim de aumentar a disponibilidade de créditos, o governo Reagan (1981-1987), cortou benefícios sociais e reduziu impostos federais. No entanto, os gastos governamentais, as taxas de juros bancários e o déficit público elevados eram manifestações de que a crise enfrentada era grave. Vários bancos estadunidenses faliram causando pânico na Bolsa de Valores de Nova Iorque, que rapidamente se alastrou pelo globo.

A partir de então, iniciou-se a era neoliberal, caracterizada pela “volatilidade financeira, com o Estado estadunidense liderando a intervenção dos Estados de todo o mundo numa série de crises financeiras” (Panitch e Gindin, 2009: 61). Trata-se de uma “nova” composição capitalista na qual a mobilidade do capital e flexibilidade financeira ditaria as regras mercadológicas e suas consequências, como valores salariais e a oferta de empregos. É defendida a ilusória imagem de Estado mínimo, a privatização da economia, a venda de estatais potencialmente rentáveis, a contenção de gastos públicos, bem como a cobrança de impostos mais baixos para quem mais produzisse a fim de incentivar a produção, o que restabelece o poder e a renda dos setores preponderantes da classe capitalista (capital financeiro internacional, capital monopolista dos setores industriais dominantes etc.).

Em contrapartida, os direitos dos trabalhadores são restringidos. No campo ideológico, concepções como a crescente modernidade, gestão participativa, empreendedorismo, qualificação individual como meio para o sucesso, dentre outros, foram difundidas em conjunto com o crescente desinteresse da população por esses assuntos e pela política em geral. A defasagem entre classe trabalhadora e detentores de capital só aumentou, já que a possibilidade de obtenção de lucro pelos donos do capital é potencializada tornando-os únicos detentores dos ganhos obtidos, sem redistribuição de renda.

Para garantir ainda maior lucratividade, as fronteiras entre países foram sendo constantemente suprimidas com intuito de integrar mercados, por conseguinte, a competição por empregos também aumentou, assim como a instabilidade dos mesmos (Panitch & Gindin, 2009). O alastramento da ideologia capitalista neoliberal por quase toda sociedade ocidental contribuiu definitivamente para que sua duração seja tão extensa. Apesar da defesa da ideia de uma aparente ausência estatal, a integração constante faz com que a produção seja “dependente de intermediações financeiras que provenham meios para dissipar os riscos

associados às taxas de câmbio flexíveis, variações de taxas de juros entre os países, incerteza dos custos de transporte e de *commodities*, etc.” (Panitch e Gindin). Sendo assim,

“apesar de sua propaganda em favor da proposta neoliberal, os capitalismo desenvolvidos continuam tendo Estados grandes ricos, muitíssimas regulações que ‘organizam’ o funcionamento dos mercados, arrecadando muitos impostos, promovendo formas encobertas e sutis de protecionismo e subsídios e convivendo com déficits fiscais extremamente elevados.”(BORON, 1999:9)

Os países capitalistas centrais estavam convencidos de que a crise enfrentada no decorrer da década de 1970, e início de 1980, havia cessado por estarem de certa forma imunes a instabilidade financeira que atingiu países subdesenvolvidos em 1990. A essa crença uniu-se a evolução de um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras e também ao desenvolvimento de instituições financeiras, como os grandes investidores institucionais contemporâneos, cuja influência sobre a economia é crescente.

A taxa de lucro das empresas privadas que se encontrava em queda começou a alavancar em meados dos anos 1980, sendo as mudanças implantadas pelo neoliberalismo as principais responsáveis por essa modificação. Em parte a eficiência da utilização do capital se deveu também às inovações tecnológicas crescentes. A renda dos detentores de títulos subiu ao mesmo tempo em que as cotações da bolsa explodiam (Duménil e Lévy, 2003).

A fase capitalista caracterizada pelo poder das finanças consolidou-se em 1990. Para tanto, consolidaram-se instituições que garantem a segurança financeira além de política, das operações de investimento financeiro, permitindo às finanças gozarem de autonomia e poder social (Chesnais, 2003). Resultado disso é uma constante de especulações e bolhas insustentáveis. É também uma época de dinamismo, de aprofundamentos e expansão do capital e da cultura capitalista em geral (Panitch e Gindin, 2009).

Quando uma severa queda do mercado acionário pareceu ser o prenúncio de uma desaceleração econômica, a fuga de recursos para o mercado imobiliário amorteceu consequências mais graves. Mas os títulos hipotecários cresciam na medida em que sua qualidade decrescia. Quando importantes instituições estadunidense e internacionais tiveram seus fundos profundamente desvalorizados por estarem atrelados a títulos de dívidas “podres”, novamente de modo acelerado o pânico tomou conta de todo o mercado global.

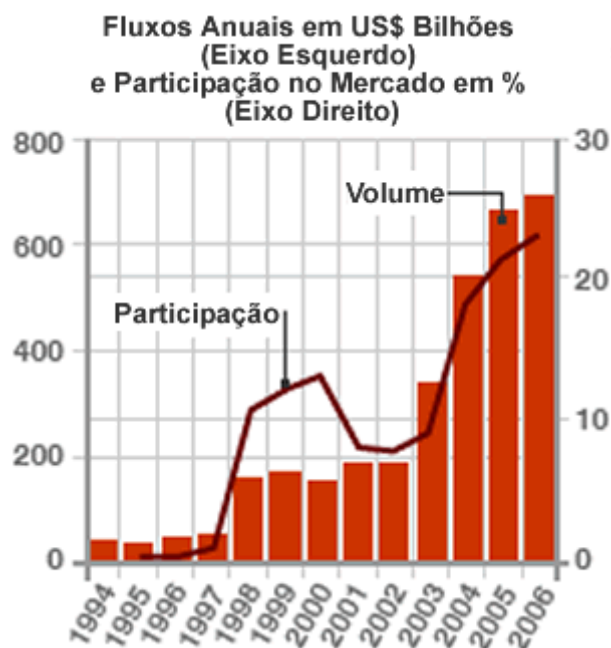
## 2. A crise econômico-financeira de 2008/2009 e suas origens

A crise econômico-financeira de 2008/2009 teve como estopim o estouro da bolha imobiliária advinda da massiva fuga de capitais do estagnado sistema econômico estadunidense para o mercado hipotecário estimulados pelas baixas taxas de juros e por mudanças nos níveis de reserva exigidos pelos bancos, ocasionando assim, a disparada dos empréstimos hipotecários, dos preços das residências e o início da hiperespeculação. Entretanto, o principal atrativo foi a então novidade de securitização dos empréstimos hipotecários que, na verdade, não era mais que um mascaramento do real risco de determinados empréstimos. Essa securitização desenvolveu-se historicamente de modo que os bancos começaram a construir CDOs (*collateralized debt obligation*), que são tipos de créditos estruturados de modo que a dívida tenha garantia de pagamento, mesclando empréstimos de alto, médio e baixo risco de inadimplência.

A securitização dos títulos era feita com base na confiança de que a dispersão geográfica e o retalhamento do risco tornariam esses empréstimos confiáveis. Comumente, os empréstimos mais altos eram classificados com a melhor conceituação possível por estarem seguradas contra inadimplência por companhias seguradoras de obrigações também bem conceituadas. A confiança gerada, mesmo que essas garantias pudessem ser facilmente abaladas por um exame minimamente mais minucioso, cooperou para a formação de um vasto mercado hipotecário que abrangia desde os aptos a arcar com suas dívidas, até aqueles de baixa renda ou histórico de inadimplência.

Esses empréstimos imobiliários de alto risco são conhecidos como hipotecas *subprime*. Os bancos criadores desses títulos, devido às altas classificações de crédito e por sua participação nos mercados financeiros globais, se desfaziam dos mesmos com facilidade, de modo que, instituições do mundo todo os adquiriam de modo que essa expansão creditícia serviu para alimentar a bolha do mercado residencial. Mesmo existindo desde 1980, as hipotecas *subprime* ganharam força em meados da década de 1990, como demonstra o seguinte gráfico.

Gráfico II: A evolução dos financiamentos imobiliários Subprime



Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=3380&sid=20&tpl=printerview&1=198>

Acesso em: 20 de julho 2010.

No mercado imobiliário, a combinação de juros baixos e hipotecas de prazos longos, implicou na concessão de taxas de pagamentos acessíveis mesmo com o aumento dos preços de imóveis. Novos compradores foram atraídos com juros que inicialmente eram extremamente baixos, mas que após três ou cinco anos eram recalculados, acreditando que o contínuo aumento do valor de suas casas seria suficiente para que fizessem refinanciamento de suas dívidas quando os valores dos juros subissem. Além disso, havia um vasto setor de intermediários nas transações imobiliárias lucrando com tal processo e, obviamente, disposto a mantê-lo. Com a expansão do número de empréstimos concedidos a tomadores, independente de seu histórico de crédito, ignorando o aumento do preço das residências e a posterior redefinição das taxas de juros, as instituições financeiras estavam apenas potencializando o risco de crise (Foster, 2009).

Em julho de 2007, o banco de investimentos e outros serviços financeiros, *Bear Stearns* (que estava em funcionamento desde 1923 e havia enfrentado a crise de 1929 sem despedir nenhum funcionário), sofreu um abalo que seria o prelúdio do que estava para acontecer: um de seus fundos de investimentos perdeu 90% de seu valor, enquanto outro se desvalorizou

completamente (Foster, 2009). Em março de 2008 os boatos sobre a falta de liquidez enfrentada pela instituição se multiplicaram assim como a desconfiança em relação ao mesmo, ocasionando uma corrida dos clientes para sacarem seus investimentos e a extinção do crédito oferecido por outros bancos. Ao perceberem as consequências negativas que a queda de tal banco desencadearia na economia estadunidense, o governo anunciou medidas emergências.

O Federal Reserve (Fed) aprovou uma ajuda para empresas financeiras e o financiamento da compra do *Bear Stearns* pelo JP Morgan. Foi aprovada uma linha de crédito de US\$ 30 bilhões para financiar a compra, além de programas de empréstimos para as maiores empresas de investimentos em *Wall Street*. Essa ação do Fed foi tida como forma de evitar a quebra do sistema financeiro americano, pois, a quebra desse banco, causaria colapsos financeiros por todo o mundo. No entanto, essas ações de ajuda ao mercado foram vistas como sinal de que as instituições financeiras estavam fragilizadas e assim, as bolsas reagiram com quedas: na Europa, as perdas chegaram a 3% e na Ásia, as perdas ultrapassaram os 5%. Além disso, o pânico se disseminou rapidamente ao redor do mundo, pois investidores internacionais também estavam vinculados com os títulos hipotecários de risco oriundos dos Estados Unidos.

Os governos do mundo inteiro se viram obrigados a agir para refrear as sequelas das quedas que seus sistemas financeiros enfrentavam. Nos Estados Unidos foram disponibilizados US\$ 850 bilhões em setembro de 2008, com o presidente George W. Bush e US\$ 736 bilhões em fevereiro, com Barack Obama na presidência (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009), sendo que, toda a verba foi dirigida para grandes empresas privadas, principalmente bancos e holdings financeiros. Em 1930, Friedrich August Von Hayek, o principal autor defensor do neoliberalismo, afirmara que a função do Estado nada mais seria que a proteção do sistema de concorrências das grandes empresas, função essa, visivelmente exercida pelo Estado norte-americano (Hayek, 1990). Igualmente deteriorados pela presença de títulos podres, os mercados europeus também sobreviveram graças a ações de socorro promovidas pelo governo e bancos centrais.

Na União Européia (UE) foram tomadas medidas em conjunto para o combate à crise que aprovaram em regime de urgência um pacote de ajuda para praças financeiras de cerca de 3 trilhões de dólares. O Estado alemão é o responsável pelo maior desembolso até o momento, em torno de 500 bilhões de euros, seguido da França que desembolsou 360 bilhões de euros, da Holanda, com 200 bilhões e da Espanha com 100 bilhões. Nações que não integram a União Européia também apresentaram forte intervenção estatal no mercado como

forma de contenção das consequências da crise. Parte dos bancos nacionais da Grã-Bretanha foi adquirida pelo governo, tornando assim o sistema financeiro parcialmente estatizado. Já na Rússia, os investimentos atingem cerca de 90 bilhões de dólares.

Conforme Carcanholo (2009), ao comprarem os títulos podres, ou seja, as ações de empresas tanto do ramo produtivo quanto do financeiro, os governos fazem com que o capital fictício volte a ser apenas parcialmente real já que o retiram do mercado, mas o recriam na medida em que se baseiam para isso, no crescimento da dívida pública. Tal transformação de capital fictício em real atenua de certa forma a defasagem entre o capital real e o meramente especulativo, visto que ocasiona alguma perda ao não estender essa conversão à totalidade do capital fictício. O abrandamento da contradição ocorreria – conforme o autor - também pelo fato de que aquilo que seria convertido em dívida pública nacional é diluído entre diversos particulares passando a exigir somente pagamento de juros correspondentes.

A crise econômico-financeira de 2008 estaria, portanto, enraizada no processo de securitização e nos posteriores mecanismos que foram criados para sua comercialização e transações que as envolviam, sendo assim, iniciada especificamente no mercado financeiro. As crises que possuem como epicentro o sistema financeiro e não o produtivo contém características comuns. Ambas decorrem da incessante busca por parte da classe capitalista por taxas crescentes de lucro, mesmo cientes do risco da crise. A ilusória securitização dos títulos hipotecários era claramente arriscada e parecia prenunciar que ruiria a qualquer momento, mas mesmo assim foi levada às últimas consequências.

A migração de capital do sistema produtivo para o financeiro, para Marx, trata-se de consequência estrutural da tendência à queda da taxa de lucros nos setores produtivos, ocorrida especialmente nos principais países capitalistas do mundo a partir dos últimos anos da década de 1960, persistindo até os dias atuais. Marx demonstrou sobremaneira em *O Capital*, que a diminuição da taxa de lucro leva os capitalistas a aumentarem a exploração do trabalho e a taxa de mais-valia, que é o trabalho não pago. Entretanto se os gastos com meio de produção crescem de modo mais elevado, a taxa de lucro não se amplia. A acumulação de capital e o crescimento econômico acabam fazendo a taxa de lucro declinar. A significativa alta dos custos, que incide no achatamento dos lucros dos capitalistas, é definida por Marx como fenômeno de “sobreacumulação”. Consequência disso é a crise, na qual o ritmo de acumulação é refreado, os investimentos reduzidos e os setores que produzem meio de trabalho sofrem estagnação. Trata-se daquilo que Marx denominou de *baixa tendencial da taxa média de lucro* (concorrência acirrada entre capitalistas; aumento do capital constante ou investimento em novas máquinas e tecnologias; os produtos são massificados com preços



baixos; manutenção do capital variável; extração de mais-valia relativa; e alta exploração da força de trabalho).

Como as taxas de juros fornecidas pelo sistema financeiro garantem retornos mais compensadores que os investimentos no sistema produtivo, esse tipo de investimento ocorre sempre em épocas de baixa crônica dos lucros, aí permanecendo até que essa posição vantajosa seja abalada. Esse deslocamento do capital para o sistema financeiro faz com que se inicie então a consolidação de um novo caminho para acumulação de capital, baseado na especulação e reprodução fictícia do mesmo, processo esse já antecipado por Marx. As finanças, nos tempos atuais, deixaram de ser modos auxiliares de valorização do capital e passaram a se sobrepor sobre a produção. O capitalismo se tornou dependente dos sistemas de crédito e endividamento para sua manutenção, sem que esse sistema ofereça por si só qualquer forma de superação dessa dependência (Santos, 2009). Consequentemente, o colapso do sistema financeiro pode suscitar o colapso do sistema produtivo, pois o capital produtivo torna-se incapaz de gerar o excedente econômico necessário que atenda a remuneração exigida pelo capital “financeiro” e do capital em seu conjunto (Carcanholo, 2009).

No sistema neoliberal, de acordo com Dumenil e Lévy, o declínio das regulamentações para restrição da valorização fictícia descomedida, proporciona o cenário perfeito para que esse tipo de investimento se imponha. Esse sistema foi ainda responsável por elevar gradativamente a porcentagem de lucros distribuída aos acionistas em cerca de 30% - descontados pagamentos de juros e impostos – para praticamente 100% no final do século XX. Além disso, as cotações da bolsa, com correções inflacionárias triplicaram com relação aos níveis do período precedente à crise dos anos 1970, isso nos Estados Unidos.

Nessa configuração do capitalismo, a propriedade dos meios de produção passa a se exprimir por meio da detenção de ações ou títulos. Por meio desses títulos, a classe dominante possui partes de todos os setores da economia e igualmente é capaz de controlá-lo por meio das instituições financeiras. Se por um lado essas atividades se tornam mais rentáveis, por outro, o fato das instituições financeiras controlarem a economia nacional e internacional é decisivo para que haja manutenção e perpetuação da ordem neoliberal, caracterizando-a como um período de financeirização e mundialização financeira.

No entanto, a manutenção da ordem neoliberal não se dá somente por intermédio de instituições privadas, a ação por parte dessas ocorre de modo contínuo até o momento em que se deparam com dificuldades. Nessa ocasião de crise, o sistema neoliberal deixa óbvia a necessidade de outro agente em seu funcionamento: o Estado. Torna-se fundamental:

a atuação dos Estados nacionais, principalmente os dos países imperialistas a serviço de seus capitais, e dos aparelhos internacionais criados/fortalecidos a partir do pós-guerra para gerenciar as condições gerais nas quais ocorre a produção/reprodução do capital, sejam eles os chamados organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco de Compensações Internacionais, o “*banco dos bancos*”, significativamente situado na Suíça, etc.) ou os bancos centrais dos principais países imperialistas, atuando de forma cada vez mais orquestrada (Santos, 2009: 7).

Nos momentos de crise, são colocados à prova os aspectos econômicos, políticos e sociais que se prestam à conservação da ordem capitalista. É nessas horas que o Estado, ao contrário da convicção de que a pressão das forças globalizadoras da economia de livre mercado o faria passar por um processo ou de extinção, ou de grande perda de sua soberania (Gil, 2006), se faz sentir presente agindo de modo a reequilibrar forças mantenedoras da ordem social. Duménil e Lévy afirmam que é evidente no mundo neoliberal que os países e Estados continuem a desempenhar um papel crucial a despeito da globalização, papel esse que pode ser notado em diferentes modos.

Mesmo com a existência de certos “paraísos fiscais” – que são Estados ou regiões onde a lei promove a aplicação de capital estrangeiro através de políticas econômicas favoráveis – os fluxos de renda internacionais se estabilizam em determinados países. Esta permanência dos vínculos nacionais se torna inquestionável quando cada Estado age para defender seus interesses próprios. Assim, o que ocorreu no neoliberalismo de acordo com Saes (1994), foi uma redefinição do padrão de intervenção do Estado ou da ação regulamentadora de Estado.

Não por acaso, são garantidos pelo Estado os interesses burgueses, isso porque, de acordo com Marx, quando se estabeleceram a grande indústria e o mercado mundial, a burguesia conquistou a soberania política no Estado representativo moderno. Todavia, existem várias frações de classe burguesa e nem todas têm o mesmo poder político. A existência de hegemonia política no seio do bloco no poder no capitalismo possui um caráter compósito, baseado na existência de um sistema hegemônico, conforme sustenta Saes (2001).

Trata-se de um sistema no qual um segmento horizontal da classe capitalista prepondera politicamente sobre os outros, sendo que, tal segmento é resultado de uma diferenciação interna da classe de acordo com a “grandeza” do capital, ou seja, grande capital, médio capital, etc. Além disso, um segmento vertical da classe capitalista, resultado da diferenciação interna causada pela função que o capital ocupa, como por exemplo, capital industrial, comercial, financeiro, etc., predomina em relação a seus congêneres. Finalmente, uma camada específica, decorrente da interseção desses dois processos de distinção, é a responsável por gerir o sistema hegemônico, articulando interesses.

Raramente há adesão integral das frações capitalistas não-hegemônicas ou de classes e segmentos de classes não-integrantes do bloco no poder no programa político e política estatal propostos pela fração hegemônica. São completamente contemplados apenas os interesses da fração hegemônica, deixando as demais apenas uma posição secundária na tomada das decisões. Considerando esse esquema teórico, notamos que perante a crise de 2008, o grande capital financeiro internacional, detentor da hegemonia na atualidade, é beneficiado pelas ações estatais mais que qualquer outra classe ou segmento, mostrando a dependência que o capitalismo vive em relação ao sistema de crédito e endividamento para se manter em funcionamento na sua configuração atual.

Foster afirma que tentativas sérias de controle do sistema financeiro arriscam desestabilizar o regime de acumulação como um todo, e como a tendência à sobreacumulação é uma característica intrínseca ao capital, em qualquer configuração do capitalismo, se resguarda o capital financeiro por este corresponder à fração de classe que detém a hegemonia política no momento. Não entram em pauta medidas que visem à expansão dos gastos governamentais com a população em geral, resultando em distribuição de renda e riqueza, e mesmo que eventualmente sejam adotadas por alguma exigência momentânea, os interesses do capital se rearranjam de modo a saná-las à medida que a crise passa, mantendo sempre a composição capitalista de privilégios para uns e desvantagens para outros. O capitalismo monopolista-financeiro seria, portanto, delineado de modo que se beneficia um determinado e estreito grupo de oligopolistas, que domina a produção e as finanças.

### **3. O impacto da crise no Brasil e as medidas para contê-la**

No Brasil, os sistemas econômico e financeiro não declinaram como os norte-americanos e europeus pelo fato dos bancos nacionais não estarem profundamente vinculados aos títulos podres de dívidas hipotecárias. Partimos do pressuposto de que essa falta de vínculo se deve principalmente a política econômica do governo Lula. Após ter vencido as eleições de gerais de 2002, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu em janeiro de 2003 a presidência como candidato de oposição pautando-se em críticas severas à política neoliberal que se intensificou no Brasil durante o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, imerso em escândalos de corrupção que envolveram as privatizações de grandes empresas estatais. Entretanto, o que se notou no decorrer do governo Lula, foi a manutenção de algumas características essencialmente neoliberais e até mesmo a intensificação de outras.

Beneficiando-se da excelente conjuntura econômica internacional, o país continuou a se inserir no mercado mundial de modo extremamente dependente das exportações de commodities e livre mobilidade dos fluxos financeiros, além de ampla parte das arrecadações governamentais serem destinadas para a diminuição do volumoso déficit fiscal. Ganhou assim, a confiança do capital internacional, fazendo do país um atrativo para investimentos estrangeiros. Paralelamente, adotou programas de transferência de renda para indivíduos de baixa de renda, reajustes de salário mínimo, e outras medidas de cunho populista que o fizeram alcançar níveis de popularidade jamais vistos no Brasil. Lula tomou ainda, medidas que favoreceram os interesses econômicos e políticos de frações do capital nacional mais economicamente poderosos: o capital bancário brasileiro. Assim, essa fração do capital começou a participar da hegemonia política junto com capital financeiro internacional.

Em seu livro *Poder político e classes sociais* (1986), Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade uma classe dominante ou fração de classe dominante fazer valer os seus interesses frente ao conjunto de classes ou frações dominantes que compõem o bloco no poder. O autor explicita que nas formações sociais capitalistas, as classes dominantes ou frações dessas, se agregam em torno do objetivo de frustrar a revolução social. No entanto, essa agregação não ocorre de modo a cessar os conflitos surgidos entre essas classes no que diz respeito à repartição da mais-valia total, sendo mantidos, portanto, os conflitos entre os interesses econômicos das diferentes classes dominantes e das diferentes frações de uma mesma classe dominante. Deste modo, é impossível que a partilha do poder ocorra de maneira igualitária. Por isso, conforme o autor, uma classe ou fração dominante ao ter seus interesses econômicos satisfeitos com prioridade, prepondera sobre as outras, designando com esse termo a hegemonia política.

Saes (2001) redefine o conceito de hegemonia política a partir da concepção de Poulantzas. Saes não considera a hegemonia política como mera preponderância econômica de uma classe ou fração dominante, como quer Poulantzas. Trata-se na verdade – e este seria o avanço teórico em Saes – da *preponderância política* no seio do bloco do poder, sendo que, os detentores da hegemonia são as classes ou frações dominantes cujos interesses econômicos são prioritariamente contemplados pela política econômica e social do Estado, uma vez que, a mera ação estatal de contenção da revolução social não é indicativa de hegemonia, pois se trata de um interesse comum a todo o bloco no poder. Como as políticas do Estado sob o governo Lula favoreceram o capital bancário brasileiro, consideramos que essas ações possibilitaram que o mesmo passasse a exercer a hegemonia política do país em condomínio com o capital financeiro internacional.

Um exemplo das medidas que favoreceram esse processo de redefinição da hegemonia política no Brasil sob o governo Lula seria a definição da taxa Selic – ou seja, a média de juros que o governo brasileiro paga por empréstimos tomados dos bancos – uma política econômica altamente favorável ao capital bancário nacional. No início do governo chegou a atingir 26,32% ao ano, e após oscilações, bateu recorde de baixa, chegando a 8,65% ao ano (BACEN). Ao mesmo tempo em que bloqueia a entrada do capital financeiro internacional através da compra de bancos brasileiros, protegendo-os, essa medida refreia o investimento estrangeiro meramente especulativo, que são aqueles que objetivam somente os altos retornos dessas aplicações financeiras e se destinam geralmente a aplicações de curto prazo, não contribuindo em longo prazo para o desenvolvimento nacional.

Tal medida também visa estimular os investimentos locais em produção, já que se viabiliza o investimento em setores diferenciados do governo em favor daqueles que ofereçam maiores retornos, estimulando a economia. E os investimentos locais são controlados pelos detentores de capital-dinheiro e de empréstimos, redundando no reforço do capital bancário brasileiro preponderante. Não por acaso os maiores bancos privados nacionais tiveram os maiores lucros da história republicana no Brasil. Os bancos estatais também tiveram lucros significativos, porém sua função sempre esteve voltada a auxiliar o capital bancário privado através da valorização deste e da transferência de capital público ao setor privado da economia em geral. Tanto o auxílio do Estado aos bancos privados como a valorização do capital bancário e do capital monopolista em geral tendem a ser redobrados em momentos de crise.

No entanto essas ações não significaram que a crise não impactaria no sistema econômico e financeiro brasileiros. A fuga de capitais, sempre decorrente em momentos de incerteza, fez com que o mercado de ações sofresse quedas intensas e obter crédito no exterior se tornou tarefa complicada, permeada de dificuldades. Tal incerteza levou inclusive bancos do país a diminuírem acesso a crédito.

Diante desse cenário de escassez creditícia, a atitude do governo brasileiro foi conceder mais poder aos bancos estatais, com intuito de possibilitarem a ampliação da oferta de crédito além de ativar instituições financeiras públicas. As ações governamentais dos países centrais foram defendidas pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em discurso realizado em 23 de setembro de 2008: "Somente ação determinada dos governantes, em especial de países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas" (Estadão, 2008).

O Banco Central evitou exercer a função de principal fornecedor de crédito por reear os riscos judiciais decorrentes das operações de empréstimos aos bancos, logo, coube ao Banco do Brasil sê-lo. Para tanto, o presidente Lula assinou em outubro de 2008 a Medida Provisória 442, que possibilitava ao banco obter carteiras de crédito e a socorrer bancos em dificuldade. Ainda no mesmo mês, o presidente editou a Medida Provisória 443 (que posteriormente foi convertida na Lei nº 11.908 de 3 de Março de 2009) que permitia que fossem adquiridas ações de instituições financeiras privadas sem nem mesmo haver licitação. Entre setembro e dezembro de 2008, o governo brasileiro colocou à disposição, tanto diretamente quanto por meio de redução de impostos e medidas cambiais, R\$ 363 bilhões no mercado. Mesmo assim, o Brasil enfrentou quedas produtivas e comerciais. A primeira, devida à baixa das exportações foi a que mais sofreu impacto, mesmo o Brasil não figurando entre os países que mais exportam do mundo.

Como reflexo imediato da queda de exportações, houve demissões em massa. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram extintos mais de 1,3 milhões de empregos formais em janeiro sendo os trabalhadores da indústria, conhecidos como “trabalhadores de chão de fábrica” os mais afetados. Assistimos demissões colossais como a Vale de Rio Doce, que mandou embora 1.300 trabalhadores, e a Embraer, fabricante de aviões que possui renda fortemente baseada em exportações, que demitiu 4.200 funcionários, que correspondiam a 20% do total de empregados (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009).

Já no comércio, mesmo com queda, o impacto do desemprego foi menor, pois o governo apostou na existência de uma massa consumidora já consolidada no país, mesmo que essa seja pautada não no aumento da massa salarial, mas sim na expansão de crédito concedido a juros altos e prazos longos, tendo o endividamento da população atingido a taxa de 40% do PIB (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009). Com intuito de mantê-lo aquecido, o governo realizou medidas para impulsionar vendas. No dia 29 de junho de 2009, o governo anunciou que seria prorrogado o prazo do IPI (Imposto sobre produto Industrializado) reduzido para produtos como carros, motos, caminhões, trigo e etc. (Folha Online, 2009). Além de estimular o consumo desses produtos, acreditava-se que ficavam garantidos, pelos menos em parte, os empregos nesses setores.

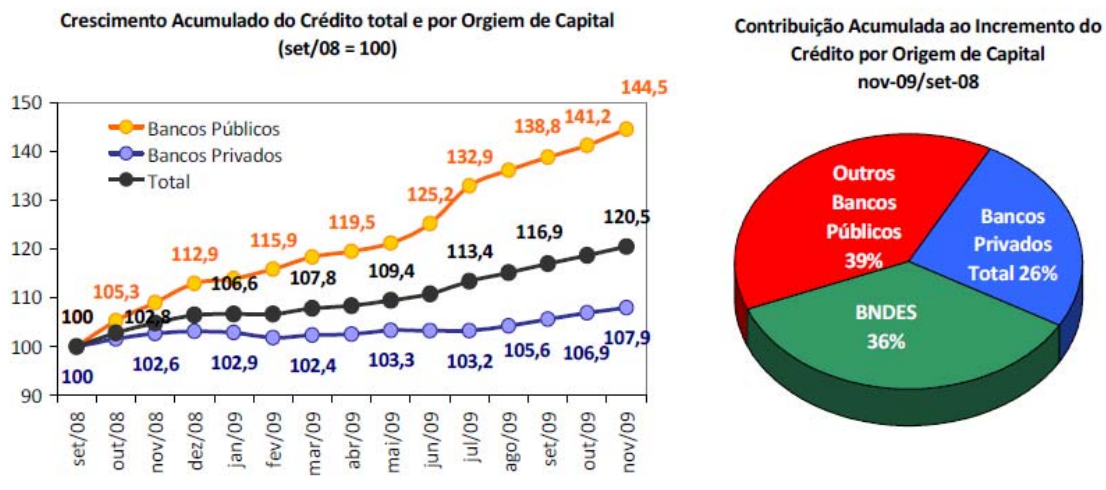
No ponto alto da crise financeira, em setembro de 2008, quando quebrou o *Lehman Brothers*, um banco de investimentos e outros serviços financeiros, o Banco Central brasileiro liberou R\$ 13 bilhões para o sistema financeiro na forma de compulsório adicional (Estadão online). Entre setembro de 2008 e janeiro de 2009 o Banco do Brasil injetou diretamente, R\$ 3 bilhões ao Banco Votorantim e R\$ 1,7 bilhão ao Banco Safra sendo que o último teve ainda

liberados pela Nossa Caixa, em virtude das gestões do governo federal, mais R\$ 400 milhões, com intuito de auxiliá-los a revigorar o caixa em meio ao caos mundial de escassez creditícia. O Banco do Brasil injetou ainda R\$ 700 milhões no banco Alfa através de compras de operações de crédito consignado. A empresa privada Sadia também foi amparada após sofrer perdas significativas em operações financeiras com um empréstimo de R\$ 900 milhões (Valor Econômico).

Até então, os discursos oficiais do governo seguiam a linha tranquilizadora e otimista, exaltando as medidas tomadas como suficientes para abafar as consequências da crise que afetariam o Brasil. Ao participar de uma carreata de promoção do candidato petista a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), o presidente deu uma declaração que viria a gerar repercussão internacional, comparando a crise nos Estados Unidos a um tsunami, e no Brasil com uma mera marola. Pretendia assim, demonstrar confiança de que o país, dada suas boas condições econômicas, sairia, se não ileso, minimamente afetado pela turbulência internacional (Valor online).

Em dezembro de 2008 o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) lançou o Programa Especial de Crédito (PEC), que disponibilizava capital de giro puro para as empresas, sem exigências em contrapartida, com único intuito de possibilitar que continuassem a girar. O programa dispunha de R\$ 13 bilhões em seu orçamento total e R\$ 200 milhões por empresa. Seriam R\$ 10 bilhões para qualquer tipo de empresa e R\$ 3 bilhões para o setor da construção civil na aplicação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Banco Nacional do Desenvolvimento, não atua com frequência no fornecimento de capital de giro, todavia essa foi uma demanda do momento já que os bancos privados restringiram a acessibilidade ao crédito. Resultado disso foi, de acordo com dados do próprio banco, o desembolso recorde do BNDES no acumulado em 12 meses encerrados lidera com montante de *R\$ 63,4 bilhões*. No setor de infra-estrutura o valor chegou à *R\$ 51,8 bilhões*. Seu papel foi, portanto fundamental na manutenção da oferta de crédito. Enquanto o crescimento acumulado das operações de crédito dos bancos privados entre setembro de 2008 e novembro de 2009 foi de 7,9%, o do BNDES foi de 44,5%. O papel fundamental desempenhado pelo Banco Central pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico IV: O papel Anti-Crise do BNDES dados até Nov/09



Fonte: Elaboração APE/BNDES a partir de dados do BCB

Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/boletim\\_trimestral/boletim\\_trimestral10.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/boletim_trimestral/boletim_trimestral10.pdf)

Acesso: 25 de abril 2010.

Perante a gravidade da crise e a clara necessidade de ações estatais para contenção da mesma, os discursos do presidente e de sua equipe começaram a se modificar. Passaram a admitir a severidade da situação e a possível retração econômica do Brasil. No Rio de Janeiro, Lula deu outra declaração que gerou comentários no mundo todo, na qual comparava o papel do governo ao de um médico diante de um paciente, afirmando que dizer a gravidade da doença pode ser desastroso, por isso a adoção de um discurso tranquilizador e amortecedor do conflito e da crise.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), diferente das entidades patronais que enfatizam a questão da disponibilidade de crédito e da taxa de juros, defende uma posição governamental que amenize os riscos aos quais sempre se expõe a classe trabalhadora. O que ocorreu, contudo, foi o limitado papel de incentivador de acordos entre patrões e empregados, baseado meramente no discurso que condena tais atitudes, mas poucas medidas concretas são tomadas por parte do Estado, como o aumento do seguro desemprego, que se limitou a certos setores. O latente desemprego e piora nas condições de trabalho fizeram com que ajustes de salários, férias coletivas, diminuição da jornada de trabalho, dentre outras reivindicações, se sucedessem em todo o país.

Diante os efeitos incontestáveis da crise no cotidiano dos brasileiros, a estratégia do governo foi então, adotar um discurso que disseminara a idéia de que o pior já havia passado, e daí em diante, o Brasil seria uns dos primeiros países a sair da recessão. O funcionamento



desse tipo de discurso é diretamente dependente da aceitação da população, que por sua vez, para aceitá-lo, é ludibriada com as medidas populistas e com a expansão do crédito fácil que possibilitaria, mesmo sem o devido aumento salarial, o aumento do consumo. Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes e do Instituto Sensus (CNT/ Sensus), no mês de junho de 2009, das duas mil pessoas entrevistadas, metade consideravam que o governo estava lidando de forma adequada com a crise (Agência Brasil).

Deste modo, a classe trabalhadora e as massas populares sofrem os maiores prejuízos, enquanto o capital privado é protegido. O governo brasileiro opta assim, por reestruturar a economia brasileira pautando-se em beneficiar o capital privado, e não em promover ampla melhora social do país. São beneficiadas as frações de classe dominantes que detém a hegemonia política no Brasil, ou seja, o capital financeiro internacional e o capital bancário brasileiro.

O primeiro por meio da conservação do núcleo duro da política econômica, de cunho neoliberal (superávit primário, quase eliminação da dívida externa, cambio flutuante do dólar, sobrevalorização fictícia do real, aumento do gasto social de tipo assistencialista, cumprimento dos contratos com o capital estrangeiro, flexibilização do trabalho, congelamento de salários etc. - isto é, medidas econômicas que revelam bastante proximidade com o receituário neoliberal, não imposto externamente, mas pelo próprio governo brasileiro).

O segundo, principalmente através da manutenção da taxa Selic em índices significativamente baixos (oscilando atualmente entre 10 e 11%) e o redobrado auxílio, por parte do Estado, em relação à crise econômico-financeira de 2008/9; a criação de condições propícias pelo governo Lula para sua retirada da crise, como a liberalização de dinheiro para empresas pelos bancos estatais, a estatização por meio de reservas cambiais da dívida externa de curto prazo das empresas privadas.

## **Conclusão**

Ao traçarmos um breve histórico das crises econômicas e financeiras enfrentadas pelos principais países capitalistas no decorrer de seu desenvolvimento e consolidação, notamos que a ação do Estado burguês, conforme sustenta Saes, cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. Notamos também que a intervenção desse Estado é constitutiva no capitalismo, em momentos de crise econômica profunda, essa intervenção é redobrada. No entanto esse Estado, em suas ações nos planos político e social, tende a satisfazer os interesses econômicos de forma prioritária não de toda a classe

capitalista, mas sim da classe ou fração de classe dominante que detém a hegemonia política no seio do bloco do poder, ou seja, que preponderam politicamente sobre as outras.

Com a firmação do neoliberalismo, o capital financeiro ganhou força estabelecendo um novo caminho para a acumulação capitalista baseado na reprodução fictícia e especulação. Dadas condições propícias desse processo de acumulação, como a elevação da taxa de juros, esse capital prevaleceu em relação ao capital produtivo, passando a dominar o cenário capitalista desde o fim da década de 1970. Em tal configuração do capitalismo, os grandes proprietários dos meios de produção, que representavam a classe economicamente mais poderosa foram de certa forma, substituídos pelos detentores de títulos ou ações. Essa fração de classe tornou-se então a maior controladora da economia internacional, passando a exercer a hegemonia política igualmente no plano internacional.

Quando eclodiu a crise financeira de hipotecas subprime nos Estados Unidos em 2008, foram necessárias intervenções estatais severas para conter minimamente suas consequências. Com a preponderância hegemônica da fração de classe ligada ao capital financeiro, essas intervenções ocorreram de modo a beneficiá-la em detrimento de todas as classes que não compartilham o poder na tomada de decisões. Pacotes bilionários foram aprovados nos Estados Unidos, na Europa, e mesmo no Brasil, que beneficiaram somente essa fração e não visavam melhorias sociais.

No caso brasileiro, o governo de Luís Inácio Lula da Silva se diferenciou do governo FHC, conforme nossa hipótese, por tomar medidas que possibilitaram a participação de capital bancário nacional na hegemonia política brasileira. Por isso, as medidas estatais de contenção da crise beneficiaram essas duas frações de classe capitalista. Os discursos oficiais mudaram de acordo com a conjuntura, mas manteve-se sempre um tom de otimismo, exacerbando principalmente as políticas de distribuição de renda de caráter populista que o governo adotou desde seu início. Por outro lado, os auxílios prestados ao sistema bancário e produtivo nacional foram significativos, principalmente para o primeiro. No entanto, o governo optou por ações que contiveram apenas os efeitos mais imediatos da crise, não entrando em confronto com os interesses econômicos e políticos do capital financeiro internacional.

Notamos, assim, que o Estado capitalista exerce a função de mantenedor da ordem social em última instância, capaz de amortecer os conflitos inerentes ao sistema capitalista, devido à sua natureza contraditória e instável, que se aguçam em momentos de crise. É válido citar as palavras de Carcanholo:

a intervenção do Estado, como instância contraditória, mas capaz de representar os interesses globais do capital, em especial em seus momentos mais agudos, não é suficientemente poderosa para evitar o processo de agravamento do antagonismo das contradições inerentes ao sistema (Carcanholo, 2009: 51)

Para finalizar ressaltamos que devido à extensão limitada do trabalho, foi dado enfoque em um momento histórico específico para elucidar a posição classista do Estado, contudo, os desdobramentos da crise ainda se fazem sentir, sendo diversos países ainda afetados pelas suas consequências. Faz-se necessário agora prosseguir com as análises para que possamos compreender como o mundo vem lhe dando com a crise, e quais são as classes e as frações de classes mais e menos privilegiadas nas ações dos Estados.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA NETO, E. *Governo Lula: talibã do neoliberalismo*. In: ***Crítica Marxista***, n 18, Campinas: Editora Revan, 2004, p.141-144.

BARBOSA, W. do N. *Uma teoria Marxista dos ciclos econômicos*. Disponível em: [nepheusp.googlepages.com/Teoriamarxistadosciclos.pdf](http://nepheusp.googlepages.com/Teoriamarxistadosciclos.pdf)  
Acesso em: 12 de dezembro 2009.

BENJAMIN, C. *Governo do capital contra o trabalho?* In: ***Crítica Marxista***, n 18, Campinas: Editora Revan, 2004, p.138-140.

BOITO JR., A. *A burguesia no Governo Lula*. In: ***Crítica Marxista***, n 21, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, p.52-77.

BORON, A. A. *Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

CARCANHOLO, R. A. *A atual crise do capitalismo*. In: ***Crítica Marxista***, n 29, Campinas: Editora Revan, 2009. p.49-55.

DANTAS, G. *Por que o setor bélico estadunidense tende a agravar os problemas da economia?* In: ***Outubro***, n 18, São Paulo: alameda, 2000, p. 81-98.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *O imperialismo na era neoliberal*. In: ***Crítica Marxista***, n 18, Campinas: Editora Revan, 2004. p.11-36.

DURAN GIL, A. *Desenvolvimento capitalista e Estado burguês na América Latina*. Disponível em: [http://www.sep.org.br/artigo/\\_\\_393\\_3d5f918e0e47e1c0eae34410ac0de47b.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/__393_3d5f918e0e47e1c0eae34410ac0de47b.pdf)  
Acesso em: 17 abril 2010.

\_\_\_\_\_. *Elementos para uma análise marxista da instabilidade política no Estado burguês*. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m3c1.pdf>

Acesso em: 01 maio 2010.

ESPECIAL Jornal do Senado (2009). *A luta para preservar os empregos*. 2 a 8 de março, p.3.

ESPECIAL Jornal do Senado (2009). *Bolha imobiliária foi estopim da turbulência*. 2 a 8 de março, p.1.

ESPECIAL Jornal do Senado (2009). *Efeitos financeiros imediatos*. 2 a 8 de março, p.2.

ESPECIAL Jornal do Senado (2009). *Sociedade se mobiliza e cobra ação do Congresso Nacional*. 2 a 8 de março, p.4.

Estadão online. *As medidas do Brasil contra a crise*.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/as-medidas-do-brasil-contra-a-crise,54143.htm>

Acesso em: 17 de abril 2010.

Folha online. *Veja as medidas já anunciadas no Brasil para combater os efeitos da crise*.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u464961.shtml>

Acesso em: 19 de janeiro 2010.

Folha online. Fed age para evitar quebra do sistema financeiro; Bolsas na Ásia e Europa caem.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u382609.shtml>

Acesso em: 25 de junho 2010.

FOSTER, J. B. *A financeirização do capital e a crise*. In: **Outubro**, n 18, São Paulo: alameda, 2000, p. 9-41.

FOSTER, J. B. e MAGDOFF, F. *Financial Implosion and Stagnation Back To The Real Economy*.

Disponível em: <http://monthlyreview.org/081201foster-magdoff.php>

Acesso em: 10 de maio 2010.

GRESPLAN, J. *Marx*. São Paulo: Publifolha, 2008.

HAYEK, F. A. von. *O caminho da servidão*. Trad. e ver. Anna Maria Capovilla, Jose Italo Stelle, Liane de Moraes Ribeiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBBSAWM, E. J. *A Era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos : o breve século XX, 1914-1991*. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Jornal do Senado, (2009). *Febraban diz que crédito não deve voltar aos níveis dos últimos anos*. 30 de março a 5 de abril, p.12.

Jornal do Senado (2009). *Fundos, bolsas e, depois, o mundo inteiro tremeu*. 9 a 15 de março, p.4.

KEYNES, J. M. *As conseqüências econômicas da paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Ed. UnB, 2002.

KURIHARA, K. K. *Introdução a dinâmica Keynesiana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LOPES, R. População está mais confiante no enfrentamento da crise financeira pelo governo, diz pesquisa.

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/354717>

Acesso em: 09 de junho 2010.

LUXEMBURGO, R. *The Accumulation of capital*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>

Acesso em: 11 de maio 2010.

MÁXIMO, W. *Crise fez BC injetar R\$ 213 bilhões na economia*.

Disponível em: <http://www.folhadealphaville.com.br/artigo/?id=7500>

Acesso em: 15 de abril 2010.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 3º Vol.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. 5ª ed. São Paulo: Global, 2000.

PANITCH, L. e GINDIN, S. *A crise atual: uma perspectiva socialista*. In: **Outubro**, n 18, São Paulo: alameda, 2000, p. 43-79.

PEDROSO, E. *Socorro do BNDES a empresas está com os dias contados*.

Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/socorro-do-bndes-esta-com-os-dias-contados>.

Acesso em: 14 de maio 2010.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, A. *Na crise, BB colocou R\$ 6,7 bi para socorrer bancos e Sadia*. Disponível em:

<http://www.valoronline.com.br/?impresso/financas/93/5961375/na-crise,-bb-colocou-r-6,7-bi-para-ajudar-bancos>. Acesso em: 15 de abril 2010.

SAES, D. *A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual*. In: **República do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2001, p. 81-91.

\_\_\_\_\_. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *República do capital - capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, M. A. V. dos. *O mais recente crash financeiro. Uma análise marxista-leninista da crise do imperialismo*.

Disponível em:

[http://www.cecac.org.br/MATERIAS/O\\_mais\\_recente\\_crash\\_financeiro\\_MAVSantos\\_novembro\\_07.htm](http://www.cecac.org.br/MATERIAS/O_mais_recente_crash_financeiro_MAVSantos_novembro_07.htm) .

Acesso em: 13 de dezembro 2009.

TEMER, M. *Um governo subalterno e decepcionante*. In: *Crítica Marxista*, n 18, Campinas: Editora Revan, 2004, p. 149- 151.

Valor econômico. Lula antecipa no ABC o discurso da campanha para a sua sucessão

Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/?online/politica/6/5782011/1/lula-antecipa-discurso-para-sua-sucessao&scrollX=0&scrollY=54&tamFonte=#ixzz0vBLcxPGd>

Acesso em: 30 de maio 2010.

Visualizado em: <http://www.bcb.gov.br/>

Banco Central do Brasil

Acesso em: 10 de maio 2010.

Visualizado em: <http://www.cdes.gov.br/>

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Acesso em: 12 de maio 2010.

Visualizado em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt)

Banco Nacional do Desenvolvimento

Acesso em: 15 de maio 2010.

Visualizado em: <http://www.iedi.org.br/>

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Acesso em: 15 de maio 2010.

Visualizado em: <http://www.fiesp.com.br/>

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Acesso em: 18 de maio 2010.